

POR UMA EDUCAÇÃO CAMPONESA

Por una educación campesina

João E. Fabrini¹

Resumo

O projeto de educação do campo surgiu a partir das ações dos movimentos camponeses, com destaque para o MST e está sustentada na tese de existência do campo e recriação do campesinato, contrariando concepções de tendência ao fim do rural com a industrialização e urbanização da agricultura, expressa no CAI, principalmente. A educação do campo tomou o espaço-campo como justificativa de fundamentação desse projeto. Mas, apesar dos movimentos sociais considerarem a educação do campo como educação camponesa, a perspectiva de espaço-campo indica uma generalização, pois não distingue os diferentes e antagônicos sujeitos presentes no campo. Nesse sentido, considerando-se uma perspectiva classista, emerge a necessidade de lutar “por uma educação camponesa” e não necessariamente por uma educação do campo.

Palavras-chaves: movimentos sociais, educação do campo; educação camponesa.

Resumen

El campo de la educación proyecto surgió de las acciones de los movimientos campesinos, en especial el MST y se apoya en la tesis campo de la existencia y la recreación del campesinado, contra la tendencia de las concepciones de los fines de la población rural con la industrialización y la urbanización de la agricultura, expresado en CAI, en su mayoría. El campo de la educación tomó el campo de espacio ya que este proyecto motivos de justificación. Pero a pesar de los movimientos sociales debe tener en cuenta el campo de la educación como la educación campesina, la perspectiva espacio - campo indica una generalización, que no distingue los diferentes y antagónicas temas presentes en el campo. En este sentido, teniendo en cuenta una perspectiva de clase surge la necesidad de luchar "por una educación campesina " y no necesariamente un campo de la educación.

Palabras-clave: movimientos sociales, la educación rural; la educación campesina.

¹ Professor de Geografia (graduação e pós-graduação) da Unioeste e UFGD; joaofabrini@gmail.com

Introdução

O projeto da educação do campo surgiu a partir das lutas dos movimentos camponeses e tomou impulso com realização do I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária em 1997, sob a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Assim, o tema da educação do campo foi colocado na pauta política e acadêmica sob a hegemonia e centralidade dos movimentos camponeses.

A afirmação, fortalecimento e experiência dos movimentos camponeses permitiram o investimento político na luta e elaboração de um projeto de educação adequada à realidade vivida pelos camponeses, bem como superar a precária e péssima qualidade da educação no campo. Acrescenta-se que a necessidade de projetar a educação do campo decorreu da emergência de “novos” sujeitos sociais, como os assentados de reforma agrária, ou afirmação política de antigos sujeitos como os pequenos agricultores, por exemplo.

O desafio principal dos movimentos foi pensar a educação a partir do espaço, no caso o campo, considerando a especificidade da realidade social vivida pelos camponeses, bem como os desdobramentos culturais, econômicos, ambientais, sociais, dentre outros, dessa especificidade. Assim, sem necessariamente utilizar-se do instrumental teórico da geografia, os movimentos colocaram o espaço geográfico (campo) como justificativa do projeto de educação.

O projeto de educação do campo afirmou-se na compreensão da existência do espaço-campo rural e agrário, contrapondo-se às teses teóricas e políticas de tendência ao fim do rural e da questão agrária no Brasil. Nas teses do fim do rural, o campo encontra-se num processo de urbanização no contexto da modernização e industrialização da agricultura, quando estaria havendo um apagamento dos seus traços agrários. Assim, nessa compreensão, embora o campo não estivesse se tornando cidade, ele reproduziria relações sociais de produção semelhantes às presentes nas cidades.

A partir da concepção de tendência ao fim do rural e a urbanização da sociedade (campo e cidade), não há necessidade de políticas públicas de educação para atender os camponeses. Acrescenta-se que nessa compreensão de fim do rural, a “classe” camponesa caminha para a dissolução, o que justifica o não atendimento de suas demandas.

Embora o projeto de educação dos movimentos tenha preocupação com o sujeito camponês, a educação do campo tomou como referência o espaço-campo, e não a classe, para justificar a luta e a implantação desse projeto. Ao tomar o espaço-campo como suporte e justificativa da educação, diferentes e antagônicos sujeitos são colocados como iguais, quando se observa uma generalização, pois esse espaço-campo abarca diversos sujeitos e classes que precisam ser considerados como diferentes.

Assim, está implícita no projeto de educação do campo certa desclassificação social, pois, ao colocar o espaço-campo como centralidade e justificativa, o movimento não se atentou para a existência de diferentes e antagônicos sujeitos e classes presentes nesse espaço. Aliás, o conceito de campo no projeto de educação do campo é carente de fundamentação e sustentação teórica.

Nesse sentido, para atender a demanda dos camponeses, é necessário compreender a educação do campo no contexto de classe, o que pode ser expresso na ideia de “educação camponesa”. Por isso, sem desprezar o sentido geográfico territorial, há que pensar e lutar “por uma educação camponesa” e não necessariamente por uma educação do campo.

1 - Industrialização da agricultura e urbanização do campo

Existe uma concepção aceita por segmentos diversos (políticos, acadêmicos, movimentos, etc.) de que há uma tendência cada vez mais forte de desaparecimento do rural no Brasil. Nessa concepção, a intensificação das relações capitalistas de produção está levando à supressão e ao apagamento dos traços agrários e rurais do campo (costumes, valores, organização produtiva, comportamento, tradição, cultura, etc.), embora o campo não se torne cidade. Nessa compreensão de apagamento de relações rurais no campo é possível apreender um suposto desaparecimento das características camponesas das populações do campo.

Essa tendência de fim e apagamento dos traços rurais e agrários do campo está relacionada ao processo de modernização conservadora da agricultura, a partir do qual o progresso técnico comandou a industrialização e urbanização da agricultura brasileira na década de 1960, principalmente. Esse processo de modernização indicou a emergência de um novo padrão agrário e agrícola com integração agricultura-indústria (agroindústria), tornando a agricultura um ramo da indústria fora do chão da fábrica.

A compreensão de tendência de apagamento dos traços agrários do campo e fim do rural, bem como a existência de uma agricultura transformada numa extensão da fábrica, dispensa o atendimento de demandas camponesas, como educação, por exemplo. Nessa perspectiva, não há sentido de implantação de políticas públicas de educação, pois o campo rural, agrário e camponês já não existe, ou seja, o campo está urbanizado.

Segundo Silva (1996), as transformações na base técnica da produção agropecuária marcaram a passagem de uma agricultura altamente dependente de condições naturais para uma agricultura industrializada, cada vez mais dependente de tecnologias e trabalho com a formação de um novo padrão agrícola. Silva (1996) ainda entende que houve a passagem do “complexo rural” para o “complexo agroindustrial”, não sendo possível compreender a agricultura como um setor autônomo da economia, pois a integração agricultura-indústria, com soldagens “para frente” e “para trás”, dificultou o estabelecimento de limites entre os setores da economia.

O complexo agroindustrial (CAI), fusão entre agricultura e indústria, seria o auge do processo de industrialização da agricultura; como se a fábrica se estendesse para além do chão da planta fabril.

Com a industrialização da agricultura - especialmente na fase de consolidação dos CAIs, a partir de meados dos anos 70 -, impõe-se uma crescente urbanização do meio rural. Dois processos são aí fundamentais: primeiro, a conhecida “perda de atividades do setor agrícola” que caracteriza a ruptura do velho complexo rural: as cidades absorvem gradativamente atividades que antes se encontravam dissolvidas no interior das fazendas, além de criar novos ramos de atividades. Segundo, o que poderíamos chamar de “urbanização do trabalho rural” que se traduz nas transformações nas relações sociais de produção - particularmente as relações de trabalho, no crescimento relativo dos contingentes de assalariados permanentes associados a maiores níveis de força de trabalho e tecnificação crescente dos familiares ligados aos CAIs (SILVA, 1996, p. 135).

Conforme Kageyama (1987), houve um processo de caificação em que a indústria passou a comandar a agricultura, que se tornou dependente de pacotes tecnológicos, insumos químicos, biológicos, conhecimentos científicos, dentre outros, necessários para o desenvolvimento da produção agrícola. Assim, uma força produtiva externa à propriedade rural ergueu-se como “fator” importante na produção agrícola.

É um momento de modernização, a partir do qual a indústria passa a comandar a direção, as formas e o ritmo da mudança na base técnica agrícola, o que ela só pode fazer após a implantação do D1 - Departamento 1 - para a agricultura do país (KAGEYAMA, 1987 p.10. Grifo do autor).

A industrialização da agricultura ocorreu graças à elevação desse padrão técnico, inicialmente importado na sua maioria, e posteriormente produzido internamente. A agricultura se tornou uma importante fornecedora de matérias-primas para as indústrias, bem como se constituiu num mercado consumidor de produtos industrializados.

A passagem do “complexo rural” para “complexo agroindustrial”, de acordo com Silva (1996), implicou na implantação de uma racionalidade empresarial na produção agrícola, mesmo entre os pequenos agricultores, representada por uma “agricultura contratual” e integrada à indústria. A transformação do padrão técnico com mecanização trouxe implicações também na gestão dos estabelecimentos, que foi tomando cada vez mais feição empresarial com o surgimento de um agricultor profissional e especializado.

Relacionado a esse processo emergiram a agricultura de tempo parcial, as atividades não-agrícolas e a pluriatividade, expresso na concepção de Novo Rural. Surgiu, assim, um conjunto de atividades não-agrícolas com a diminuição da população economicamente ativa trabalhando em atividades rurais.

Acrescenta-se que as tecnologias aplicadas à agricultura tiveram importantes rebatimentos no modo de vida das populações com a adesão a costumes urbanos e alterações no padrão de consumo. As mentalidades e comportamentos, enfim, a cultura urbana foi adotada pela população rural.

Outro desdobramento desse processo de industrialização da agricultura foi de ordem classista, em que emergiu uma classe de empresários rurais modernos (burguesia rural) em substituição à oligarquia rural formada por latifundiários “atrasados” e coronéis do sertão, que exerciam poder a partir de bases “pré-capitalistas”. O latifúndio, uma irracionalidade na produção capitalista porque remunera o proprietário fundiário sem produção na terra, transformou-se em empresas rurais modernas, ou seja, imóveis altamente produtivos, explorados “racionalmente”. Atualmente essas empresas rurais modernas são denominadas de agronegócio.

Assim, existe uma aproximação entre industrialização da agricultura expressa no complexo agroindustrial e agronegócio. Embora diferentes, pois o complexo agroindustrial possui um conteúdo mais técnico e o agronegócio um conteúdo político e ideológico, ambos apresentam uma exploração agrícola altamente mecanizada, usuária dos pacotes tecnológicos modernos, produção de larga escala em grandes extensões de terras, geralmente de base monocultora e voltada para mercados de exportação. Segundo Fernandes e Welch (2008), o agronegócio evidencia a integração dos diferentes conjuntos de sistemas, dentre eles os de produção agrícola, insumos, máquinas e equipamentos, distribuição, comercialização, mercados e operações financeiras. Ainda conforme os autores, nesse modelo, nega-se a gravidade da concentração fundiária e ignora-se a manutenção do rentismo fundiário, relegando parcela significativa das populações rurais (e urbanas) à marginalização, pobreza e miséria.

De acordo com Silva (1996), a passagem do complexo rural para o agroindustrial desdobrou-se também nas relações de trabalho na agricultura com a ampliação do assalariamento, mesmo que disfarçado, resultante da purificação de relações e aumento da divisão do trabalho. Ainda segundo Silva (1996), houve uma apuração ou purificação das relações de trabalho com a emergência de uma classe trabalhadora mais definida. É possível apreender nessa concepção que os pequenos agricultores (camponeses) compõem a classe trabalhadora.

Nessa concepção, o processo de industrialização da agricultura desdobrou-se na formação de um proletariado no campo, tanto nas grandes como nas pequenas fazendas, guardadas as suas diferenças. Nas grandes fazendas surgiram categorias sociais como os cortadores de cana e operadores de máquinas, por exemplo, e nas pequenas, a intensificação da integração entre agricultura e indústria transformou os pequenos agricultores em “assalariados disfarçados”, pois todo o processo de produção e trabalho passou a ser comandado pela indústria.

Os camponeses, detentores dos meios de produção (terras, ferramentas, instrumentos, etc.), tendem a se especializar cada vez mais em determinadas atividades,

num processo de intensificação da divisão de trabalho semelhante à produção fordista. Apesar dos camponeses serem os detentores da terra e dos meios de produção, o controle do processo produtivo seria exercido por modernas empresas capitalistas nacionais e transnacionais voltadas para mercados globalizados.

Conforme Kageyama (1987), além da “sujeição formal” do trabalho, o complexo agroindustrial engendrou também a “sujeição real”, a partir da qual ocorreu a apropriação do modo de trabalhar pelo capital. A fragmentação do processo produtivo fez o trabalhador perder conhecimento da totalidade da produção.

Thomaz Jr. (1997), ao tratar do complexo agroindustrial canavieiro, destaca que o ritmo de trabalho no campo, como o corte de cana, por exemplo, é resultante do controle exercido na planta fabril. É como se a esteira de uma fábrica saísse da planta fabril e se estendesse para a agricultura, fazendo dela um ramo da indústria. Agricultura tornou-se uma fábrica de grãos e de carne.

A agroindústria canavieira constituiu-se num dos mais significativos exemplos de unidade entre agricultura e indústria no processo de expansão do capital. Mas há que se observar também que esta unidade não ocorreu em todos os ramos e atividades agrícolas, revelando que a unificação não é uma via de mão única, pois a acumulação capitalista não ocorre somente com a exploração e sujeição do trabalho (real e formal), mas também na sujeição da renda da terra ao capital. Nesse caso, a concentração de terras assume papel fundamental no processo de acumulação de capital, sendo que no processo contraditório e desigual de expansão das relações capitalistas são recriadas e reproduzidas relações sociais de produção típicas do rural e agrária.

A expansão das relações capitalistas expressa na modernização e unificação da agricultura e indústria fez aumentar a concentração da terra. Na tabela a seguir (tabela 1), a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é possível verificar a concentração fundiária no Brasil, onde, de um lado, apenas 0,91% de grandes estabelecimentos ocupam 44,4% das terras e, de outro, 85,9% de pequenos estabelecimentos abrangem somente 21,4% da área total de terras.

Estrutura fundiária do Brasil - 2006

Tabela 1

Estratos de área	Nº imóveis	%	Área em ha	%
Menos de 10 ha	2.477.071	47,86	7.798.607	2,36
10 a < de 100 ha	1.971.577	38,09	62893.091	19,06
Menos de 100 ha	4.448.648	85,96	70.691.698	21,43
100 a < de 1.000 ha	424.906	8,21	112.696.478	34,16
1.000 ha e mais	46.911	0,91	146.553.218	44,42
Total	5.175.489	100,0	329.941.393	100,0

Base: IBGE (Censo Agropecuário 2006)

Mas, observa-se que a concentração recente da posse da terra deve-se principalmente à apropriação de novas terras da Fronteira Amazônica, que, nesse caso, não está ligada diretamente à modernização da agricultura.

Na década de 1950, principalmente, a esquerda vinculada ao Partido Comunista, inspirada na concepção leninista, entendeu que a industrialização da agricultura provocaria uma “revolução” na vida do camponês porque, ao incorporá-lo ao mundo da mercadoria, eliminaria relações e tradições feudais, atrasadas, típica do mundo agrário, que impedia o desenvolvimento do processo revolucionário socialista. O desenvolvimento das forças produtivas e a modernização da base técnica se desdobrariam na criação de condições emancipatórias, pois seriam incompatíveis relações de produção modernas com relações sociais atrasadas. O desenvolvimento de forças produtivas removeria obstáculos políticos no campo, forjando um sujeito mais sintonizado aos ideais revolucionários socialistas criados no berço urbano-industrial.

O contexto geográfico do camponês foi entendido pela esquerda hegemônica como hostil e desfavorável à participação política, manifestações coletivas, enfim, à revolução socialista. Os camponeses, por viver no campo, seriam atrasados, isolados, arcaicos, individualistas e incapazes de se constituir como sujeitos políticos coletivos, pois seu projeto era a busca de benefícios imediatos e pequenos, similar à cômica resistência camponesa de Pedro Malasartes ou ao que Monteiro Lobato denominou de Jeca Tatu, habitante rural do Vale do Paraíba.

A dificuldade dos camponeses de se situar politicamente estaria relacionada à sua condição de classe, pois não era operário (proletário) e nem capitalista (burguês). Numa sociedade de classes no período colonial, dividida entre “escravo e senhor” e, posteriormente, entre “operário e burguesia”, não havia lugar social para os camponeses e possibilidade de projeção das suas demandas. Assim, em vista de sua condição de classe, os camponeses não possuíam projeto de totalidade para a sociedade.

Nessa compreensão, as manifestações e lutas camponesas eram lutas pré-políticas ou messiânicas, pois os camponeses seriam uma não-classe (ou no máximo “classe em si”, na compreensão de Karl Marx), refratários às manifestações coletivas. Segundo Franco (1997), o contexto em que o camponês estava inserido no passado, no caso a ordem escravocrata, gerou um conformismo social construído num engenhoso sistema de dominação pessoal.

As condições de sua sujeição - homem pobre do século XIX - advieram justamente por ser quase nada na sociedade e exatamente esse vazio não poderia fornecer-lhe uma referência a partir da qual se organizasse para romper as travas que o prendiam e para construir um mundo seu. Apenas episodicamente, como nos movimentos messiânicos, abriu-se para ele a possibilidade de desvendar o mundo do ponto de vista das mudanças que nele pretendia realizar. Quando a consolidação da grande propriedade fundiária o privou dos alicerces de seu antigo estilo de vida, não foi para um esforço de organização do futuro que se canalizaram as energias do caipira: estas se sublimaram em representações nostálgicas que valorizam um passado farto seguro para o qual gostariam de poder voltar (FRANCO, 1997, p. 113).

A ausência da política entre os camponeses foi estendida para os movimentos sociais. Conforme Hobsbawm (1999), a luta camponesa é vinculada ao microcosmo, fragmentada e parcial. O autor não vê possibilidade de um movimento nacional, amplo e abrangente de camponeses, sendo mais provável um movimento estimulado de fora, de cima para baixo, pois os camponeses, inseridos socialmente no contexto subalterno, não podem exercer a política em dimensão social e geográfica ampla e totalizante. Assim, o campo foi interpretado por Hobsbawm (1999) como espaço habitado pela ausência da política.

Embora entendidas pelo pensamento marxista ortodoxo como componente de um projeto individual e pequeno-burguês, as lutas camponesas pela terra nos movimentos sociais foram protagonistas de importantes manifestações coletivas, como a campanha de Canudos, Contestado, Trombas e Formoso, Ligas Camponesas, dentre outras. Essas lutas, inclusive, guardadas as suas diferenças, se projetam nos dias atuais e os camponeses encontram forma de participação política, sobretudo a partir das ações nos movimentos sociais. Martins (1990) demonstrou que os camponeses se constituem em sujeitos políticos pelas lutas e não necessariamente pelos canais institucionais de participação e decisão como partidos políticos e sindicatos, por exemplo.

Portanto, a política não é exercida apenas nos canais institucionais, pois os movimentos sociais se constituem numa “nova” forma de fazer política, meio pelos quais os sujeitos expressam suas reivindicações tanto pontuais/corporativas/imediatas como universal e transformadora das estruturas sociais. É neste contexto que se inscrevem as lutas pela educação do campo, não apenas como um direito, mas como parte de um projeto transformador da estrutura da sociedade.

Apesar das diferentes ações de resistência, como verificado anteriormente, o campo e os camponeses foram entendidos por segmentos diversos (partidos, teóricos, órgãos oficiais, etc.) como hostis às lutas coletivas em vista das suas características geográficas, pois implicam no distanciamento dos camponeses. Cada unidade familiar de produção não permite o estabelecimento de ampla comunicação e encontro, proporcionando distanciamento entre os sujeitos. Nesse entendimento, a cidade e os aglomerados urbanos favorecem essa comunicação e o encontro, pois enquanto o campo/rural distancia, a cidade/urbano aproxima as pessoas.

Marx (1987), ao estudar os camponeses da França no século XIX, em O 18 de Brumário de Luis Bonaparte, atribuiu sentido conservador à sua prática política em vista da sua dispersão no espaço e sua geografia pouco favorável à politização e modernização de relações sociais no campo. É possível apreender em Marx (1987) que o fato dos camponeses se encontrarem dispersos espacialmente em lotes de terra demarcados individualmente e explorados pela família contribuía para o isolamento e fortalecimento de características políticas conservadoras entre eles.

Os pequenos camponeses constituem uma massa imensa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecer relações multiformes entre si. Seu modo de produção isola uns dos outros, em vez de levá-los a um intercâmbio mútuo. [...] Seu campo de produção, sua pequena propriedade, não admite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, não admite nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. [...] A grande massa da nação francesa forma-se, assim, pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma forma que batatas em um saco constituem um saco de batatas. Mas na medida em que existe entre os camponeses apenas uma ligação local e em que a igualdade de interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não formam uma classe. São, portanto, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer através de um parlamento, quer através de uma Convenção (MARX, 1987, p. 137).

A compreensão de Santos (2000) relaciona-se à de Marx (1987), pois privilegia as cidades na construção de relações solidárias e coletivas. Segundo Santos (2000), a distância espacial de pessoas do campo as distancia também de relações e manifestações coletivas. Ainda conforme Santos (2000), a população aglomerada em áreas menores amplia o dinamismo para a “mistura” de filosofias, debatendo o pensamento único da globalização do capital. A aproximação das residências, por exemplo, permite a ampliação dos laços de solidariedade entre as pessoas.

A compreensão é que o aglomerado de pessoas permite a formação de economia, cultura e política, enfim, de relações sociais materializadas no espaço que valorizam a construção de experiências coletivas. “A população aglomerada em poucos pontos da superfície da Terra constitui uma das bases de reconstrução e de sobrevivência das relações locais, abrindo possibilidade de utilização, ao serviço dos homens, do sistema técnico atual” (Santos, 2000, p. 21). Nessa compreensão, ainda, o campo apresentaria dificuldades para o desenvolvimento de ações de resistência à imposição de relações capitalistas de produção.

Santos (2000b) também considera uma perversidade horrível o sujeito ter que viver no campo, em vista das relações que se estabelecem nesse espaço. “Primeiro, não sou fã do campo. Acho um negócio horrível condenar o sujeito a morar no campo. É a maior perversidade que pode existir. Na verdade, pode-se viver na cidadezinha e trabalhar no campo, que é a tendência brasileira recente” (SANTOS, 2000b, p. 57). Verifica-se, assim, que o espaço implica no surgimento de diferentes sujeitos e consciências, pois os sujeitos das periferias das cidades, por exemplo, são sujeitos diferentes de sem-terras de um assentamento.

A partir da perspectiva de espacialização hegemônica das relações urbanas, estas se estenderiam para o campo, desdobrando-se em uniformização, apagando a distinção entre rural e urbano, ou seja, o urbano se torna hegemônico e submete a organização espacial do campo à sua cadência. Nessa compreensão de espacialização hegemônica do urbano, em que ocorre um processo de urbanização da sociedade, o campo rural e agrário não desaparece completamente, mas se constitui apenas em ilhas, ou seja, ilhas de ruralidade. Contudo, embora a cidade seja uma forte expressão do urbano, nem todo o espaço urbanizado se converteria em cidades, ou seja, a urbanização do campo ocorre sem que ele se torne cidade.

Com o avanço do capitalismo, a propriedade da terra e a produção agrícola tornam-se negócios dos capitalistas urbanos, e passam a ser comandados por estes. Perfila-se um modo de viver urbano, que penetra no campo, comportando sistemas de objetos e sistemas de valores... A urbanização tende a apagar a distinção cidade-campo, mas em decorrência da maneira contraditória como ocorre, com o império do valor de troca e com a permanência de ilhas de ruralidade (ENDLICH, 2006, p. 21/22).

Dessa forma, é possível compreender que as relações urbanas se espacializam e vão corroendo as relações camponesas. Lefebvre (2004), embora destaque que a relação urbanidade-ruralidade não desaparece, mas se intensifica expressando conflitos latentes, mesmo nos países industrializados, entende que um “tecido urbano” se estende e se prolifera, corroendo os resíduos da vida agrária.

Trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos. Semelhante modo de viver comporta sistemas de objetos e sistemas de valores. Os mais conhecidos dentre os elementos do sistema urbano de objetos são a água, a eletricidade e o gás que não deixam de se fazer acompanhar pelo carro, pela televisão, pelos utensílios de plástico, pelo mobiliário “moderno”, o que comporta novas exigências no que diz respeito aos “serviços”. Entre os elementos do sistema de valores, indicamos os lazeres ao modo urbano (danças, canções), os costumes, a rápida adoção das modas que vêm da cidade. E também as preocupações com a segurança, as exigências de uma previsão referente ao futuro, em suma, uma racionalidade divulgada pela cidade. Geralmente a juventude, grupo etário, contribui ativamente para essa rápida assimilação das coisas e representações oriundas da cidade... Entre as malhas do tecido urbano persistem ilhotas e ilhas de *ruralidade* “pura”, torrões natais frequentemente pobres (nem sempre), povoados por camponeses envelhecidos, mal “adaptados”, despojados daquilo que se constitui a nobreza da vida camponesa nos tempos de maior miséria e opressão (LEFEBVRE, 2004, p.11. Grifo do autor).

Incorporando relações originárias da cidade, novos conteúdos espaciais são reafirmados ou reproduzidos sob o domínio do tecido urbano. Neste sentido, de acordo com Lefebvre (2004), a sociedade contemporânea, tanto do campo quanto da cidade, aparece como sociedade urbana, depois da era rural e da era industrial. A formação desta sociedade urbana revela-se numa dimensão mundial do processo de urbanização, ou seja, a urbanização da sociedade.

Nesse contexto, segundo Lefebvre (2004), um grande desafio colocado à sociedade será a conquista dos benefícios trazidos pela urbanização, ou seja, o “direito à vida urbana” que a cidade renovada e transformada proporciona, “na direção de entrada para prática de um direito: o direito à cidade, isto é, à vida urbana, condição de um humanismo e de uma democracia renovados” (LEFEBVRE, 2004, p.1).

A industrialização da agricultura também está relacionada a mudanças na hierarquia, função, papel e morfologia das cidades, sobretudo das pequenas cidades. Bernardelli (2006), em pesquisa realizada na região de Catanduva, no Estado de São Paulo, onde predomina complexo agroindustrial sucroalcooleiro, destaca que houve importante redefinição dos papéis urbanos de pequenas cidades com a consolidação da agroindústria. Conforme a autora, a industrialização e a modernização da agricultura, resultantes de investimentos privados e estatais através de programas como o Pró-álcool e Pró-oeste, desde a década de 1980, provocou profundas e complexas redefinições de papéis urbanos,

sendo que as pequenas cidades passaram a ser portadoras de novos conteúdos, interações e fluxos.

A partir deste exemplo (região de Catanduva), verifica-se que pequenas cidades vinculadas ao universo rural vão perdendo seu papel na acumulação capitalista, possuindo no máximo uma importância periférica. Essa perda da importância no papel da acumulação capitalista também é verificada no campo, que tem papel redefinido, pois perderia poder decisório no processo de acumulação capitalista. Acrescenta-se ainda que nessa redefinição dos papéis o campo não seria o “lugar” principal da confrontação e resistência a esta acumulação.

Navarro (2014), embora não trate especificamente de urbanização, entende que as transformações econômicas e tecnológicas com o novo padrão agrário e agrícola no século XXI implicaram na perda da importância do rural na sociedade contemporânea, desdobrando-se na capacidade desse espaço (campo) influenciar nos destinos sociais. O rural, segundo o autor, tornou-se marginal nos debates principais da sociedade e nas decisões políticas, inclusive é improvável que grupos sociais rurais, como os movimentos sociais, por exemplo, tenham capacidade e força política de alterar a ordem vigente nas regiões rurais como mudanças da estrutura fundiária. Assim, na concepção de Navarro (2014), grupos sociais, tanto questionadores, como o MST, bem como aqueles que visam manter a ordem, como a bancada ruralista, por exemplo, não teriam força suficiente para interferir politicamente nos destinos do Brasil.

Muito provavelmente, como demonstram as histórias sociais e políticas de muitos países, a rápida perda da visibilidade social e da capacidade de influência do mundo rural sobre os destinos de uma dada sociedade. Com a redução drástica da população mais diretamente relacionada às regiões rurais e à produção agrícola, sobretudo quando são computados os efeitos das transformações econômicas e tecnologias das atividades agropecuárias (como esboçado na seção anterior), o “rural” torna-se marginal nos debates principais da sociedade e as decisões políticas, cada vez mais, centram-se nas demandas sociais tipicamente urbanas. Sem força política, é improvável que grupos sociais rurais possam, assim, manter qualquer capacidade de alterar a ordem vigente nas regiões rurais, inclusive a estrutura fundiária. Por tal razão, democracia e reforma agrária são, de fato, incompatíveis. (NAVARRO, 2014, p. 721).

Entretanto, autores como Veiga (2001) questionam a urbanização da sociedade, considerando que o rural possui importante papel na acumulação capitalista no mundo contemporâneo. O autor entende que o Brasil não é um país ultraurbano com uma população rural composta por apenas 18% da população total, ou seja, cerca de aproximadamente 30 milhões de habitantes.

Conforme Veiga (2001), na realidade existem mais de 50 milhões de habitantes nos cerca de 4.500 municípios que possuem até 20.000 habitantes, ou seja, pequenas “cidades rurais”. Os pequenos municípios não apresentam predominância de vida urbana em vista das atividades econômicas aí desenvolvidas, ou seja, nas pequenas cidades o conteúdo urbano apresenta-se de modo muito frágil. O autor considera a existência de uma faixa de municípios com características rurais e urbanas denominada de Zona Cinzenta; os Centros Rurbanos.

Os cinco anéis de rarefação populacional - Brasil (1996-2000)

Anéis	Município	População (milhões)		Aumento 1996-2000	
	Número	1996	2000	milhões	%
Regiões metropolitanas (23)	403	62,9	68,9	6,0	10
Aglomerações urbanas (26)	116	12,3	13,5	1,2	10
Centros urbanos	77	14,6	16,0	1,4	10
Centros “rurbanos”	421	17,2	18,5	1,3	7
Brasil rural	4.490	50,1	52,6	2,5	5
Total	5.507	157,1	169,5	12,5	8

Fonte: Censo Demográfico 2000, In: Veiga 2001b.

De acordo com Veiga (2001), o equívoco do entendimento de um Brasil urbano que possui apenas ilhas de ruralidade deve-se a uma interpretação estritamente estatística do que é campo e cidade. Por isso, para interpretar e classificar os municípios rurais ou urbanos, deve-se levar em conta outros elementos, como densidade demográfica do município, localização e número de habitantes. A exclusividade estatística das análises dos dados do IBGE implicou no reconhecimento de cidades daquilo que possui uma dinâmica rural. Portanto, seriam “cidades imaginárias”, ou seja, uma invenção de cidades a partir de dados estatísticos.

A importância econômica do rural brasileiro pode ser verificada também enquanto base de sustentação das atividades industriais e urbanas com o fornecimento de matérias-primas e alimentos. Acrescenta-se também a força demográfica do campo, que oficialmente possui uma população de aproximadamente 30 milhões de pessoas vivendo no meio rural, o que não deve ser desprezado como um detalhe, exceção à regra, ilha ou resquício.

O reconhecimento da importância do campo pode ser verificado também a partir do contexto de crise energética do petróleo com o uso cada vez maior de agrocombustíveis em substituição aos combustíveis fósseis. Nesse contexto de produção de agroenergia, o campo agrário terá papel protagonista na produção de matérias-primas para a produção de agrocombustíveis.

Assim, a produção de agroenergia indicaria uma transição, não somente energética, mas também agrária, pois se no passado o desenvolvimento assentado na industrialização foi movido por energia derivada de combustíveis fósseis, agora seria a vez do campo, inclusive dos camponeses, responsáveis pela produção de matéria-prima para o agrocombustível. Portanto, não seria apenas uma transição energética, mas agrária, em vista da produção de matérias-primas do agrocombustível ser procedente do campo.

Alguns autores, como Sachs (2005), entendem que o Brasil deverá assumir papel de líder mundial na transição mundial da civilização do petróleo para a civilização da biomassa, pois estaria predestinado a comandar essa transição. “O Brasil é um país predestinado a liderar a transição mundial da civilização do petróleo para a civilização moderna da biomassa” (SACHS, 2005, p.3).

Observa-se que a importância do rural, para Veiga (2001) e Sachs (2005), está garantida pelo seu papel econômico na produção de mercadorias. Entretanto, é possível pensar/visualizar a importância dos “papéis” humanos e de resistências do campo rural e não necessariamente na produção de mercadorias e acumulação capitalista. É nesse contexto que emerge o lugar social construído pelos camponeses no contexto da reprodução contraditória das relações capitalistas no campo. A existência camponesa, erguida a partir da organização produtiva familiar, evidencia características rural-agrías do campo, ou seja, a existência e recriação camponesa são indicativas do dinamismo agrário-rural do campo brasileiro².

2 - O campesinato como reprodução contraditória das relações agrárias

A reprodução das relações capitalistas no campo apresenta um conjunto de leis tendenciais, como é o caso do desenvolvimento desigual e contraditório. O reconhecimento da expansão desigual e contraditória das relações capitalistas no campo permite verificar, de um lado, a industrialização e urbanização da agricultura expressas no CAI e no agronegócio, como destacado anteriormente, e de outro, a manutenção de traços e características rurais no campo expressas nas relações camponesas.

Observa-se que o campesinato, exemplo forte de traços rurais presentes no campo, e a agricultura industrializada e urbanizada articulam-se desigual e contraditoriamente.

² A acumulação rentista também se constitui numa típica relação do mundo rural. Mas, abordagem desse tema não se constitui objetivo desse artigo.

Embora as relações urbanas estejam predominantes no espaço da cidade, verifica-se, no contexto disforme e desigual, que tais relações não eliminam totalmente características agrário-rurais ao se espacializar no campo brasileiro. Portanto, a existência camponesa, ou seja, o campo camponês se constitui em características tipicamente agrárias, o que nega a urbanização homogênea desse espaço.

Os camponeses possuem um conjunto de características que os diferenciam dos operários, bem como do conflito de classes presentes na indústria em que, de um lado, encontram-se os trabalhadores e, de outro lado, a burguesia. Destacam-se dentre as características típicas do campesinato a base familiar da organização produtiva, a sua subordinação às relações capitalistas na circulação da produção e, sobretudo, o seu potencial e capacidade de luta e resistência à imposição de modelos de organização econômico-social externos ao seu modo de vida. A resistência dos camponeses se expressa com mais intensidade diante da ameaça e eminência do seu desaparecimento enquanto sujeitos e “classe” social³.

A economia política clássica fez a teorização da uniformidade do mundo, o mundo da mercadoria, e as relações capitalistas foram entendidas como possuidoras de uma força massacrante de outras relações sociais de produção. As situações irregulares seriam resquícios ou resíduos que cedo ou tarde seriam descartados. Esse é o caso de campesinato, considerado de fora do modo de produção capitalista, que seria eliminado com a expansão das relações capitalistas. Portanto, a ideia de que o modo de produção capitalista não permite a existência do campesinato parte do princípio de que a produção de mercadoria é uma força totalizadora do desenvolvimento das forças produtivas.

Muitos autores desenvolveram estudos sobre os camponeses, sobretudo a partir da necessidade de compreender o seu papel e participação no processo revolucionário socialista, tais como Lênin (1982), Kautsky (1986), Engels (1981), Chayanov (1974), Marx (1979), Wolf (1984), Amin e Vergopoulos (1986), dentre outros. No Brasil, considerando compreensões diversas, muitos autores se dedicam ao estudo campesinato, como Martins (1990), Oliveira (1982, 1991), Tavares dos Santos (1978), Fernandes (1996), entre outros.

Aos camponeses foram feitas várias interpretações, sendo considerados desde um obstáculo para o desenvolvimento da sociedade, passando pela barbárie, atribuída à sua condição de classe social, até as profecias do seu desaparecimento com a intensificação das relações capitalistas e, mais recentemente, a “metamorfose” em agricultor familiar.

Mas, se autores marxistas, e o próprio Marx, de um lado, não viram possibilidades de existência camponesa com a intensificação das relações capitalistas de produção, de outro lado, apontaram o princípio do desenvolvimento desigual e contraditório, como destacado anteriormente, para considerar a possibilidade de sua existência. Apontaram para o entendimento de campesinato pela resistência e a luta desenvolvida por eles.

Lênin (1982) aprofundou a compreensão de campesinato ao estudar desenvolvimento do capitalismo na Rússia, reportando-se às relações não-uniformes no interior do capitalismo. O livro I de O Capital dificultava a compreensão do capitalismo na Rússia, o que motivou o autor estudar o capitalismo a partir da noção de formação econômico-social, explicando a unidade do diverso. O conceito de formação econômico-social permitiu reconhecer um descompasso de relações sociais de produção e a contradição do desenvolvimento das forças produtivas, pois, embora haja uma vinculação e

³ Oliveira (2007) faz referência às abordagens teóricas da agricultura, destacando correntes de pensamento que têm norteado os debates sobre o campo, ou seja, aquelas correntes que afirmam a destruição dos camponeses e modernização dos latifúndios com a expansão do capitalismo e aqueles que procuram explicar a criação e recriação de latifúndio e campesinato, somente para exemplificar dois casos.

interdependência entre as relações sociais e o desenvolvimento das forças produtivas, não há entre elas uma harmonia e uniformidade sincronizada.

Nesse contexto de existência e reprodução do campesinato é necessário considerar o estudo de Chayanov (1974), que colocou como elemento fundamental para a compreensão dessa “classe” o núcleo familiar e balaço entre trabalho-consumo existente na unidade doméstica camponesa. Chayanov (1974), diferentemente de Lênin, não partiu do princípio da subordinação dos camponeses a partir de sua inserção na dinâmica capitalista. A circulação da produção camponesa, onde reside sua subordinação ao capital, foi considerada “marginal” na interpretação de Chayanov (1974). O autor partiu da necessidade do consumo e sua relação com o trabalho camponês na terra.

Os caminhos trilhados por Chayanov (1974) para a explicação da racionalidade camponesa são paralelos à explicação baseada no lucro médio e renda da produção. Enquanto Kautsky e Lênin consideram o princípio da diferenciação social para o entendimento do campesinato, Chayanov (1974) considera a diferenciação demográfica, ou seja, o número de consumidores-trabalhadores da família como nexos para o entendimento do campesinato.

Para Chayanov (1974), o trabalho dos camponeses é norteado pela perseguição da satisfação das necessidades dos membros da família e não do lucro, como numa unidade econômica capitalista. A satisfação das necessidades do consumo da família se reflete na maneira como o trabalho está organizado, decrescendo a intensidade das atividades econômicas com a satisfação das necessidades.

En cualquier caso la conclusión es la misma: en la explotación agraria doméstica, las tasa de la intensidad del trabajo son considerablemente más bajas que si la fuerza de trabajo fuera utilizada en su totalidad. En todas las zonas investigadas, las familias que explotan unidades agrarias poseen reservas considerables de tiempo no utilizado (CHAYANOV, 1974, p.76. grifos do autor).

A força de trabalho da família é o elemento mais importante da unidade econômica camponesa, sendo que o tamanho da família (número de consumidores) possui relação direta com a atividade da unidade de produção. O volume do trabalho é comandado pelo número de consumidores da família. Portanto, enquanto Chayanov (1974) preocupou-se em compreender a produção camponesa em si, semelhante a um estamento, os autores marxistas, como Lênin (1982), por exemplo, apontaram para a compreensão do campesinato no interior das relações capitalistas no campo.

Martins (1990), ao estudar os camponeses, levanta a necessidade de interpretação da sua existência a partir das lutas nos movimentos sociais, ou seja, o autor reconhece na luta pela terra a forma de garantia de seu lugar social do campesinato. As lutas e resistências dos camponeses ocorrem de variadas formas, através das quais têm procurado se fazer ouvir e por isso é preciso saber ouvir sua fala. “Quer dizer que é preciso mobilizar recursos teóricos que permitam decifrar a fala do camponês, especialmente a fala coletiva do gesto, da ação, da luta camponesa”. (Martins, 1990, p.17).

Como destacado anteriormente, a existência camponesa é explicada pelo sentido contraditório e desigual das relações capitalistas. É como se os camponeses não tivessem lugar no capitalismo, fossem de fora, mas insistissem em continuar existindo, ou seja, traíndo as leis do capital pela luta. Entretanto, a traição às leis do capital pelos camponeses não ocorre apenas pelas lutas, mas também porque sua unidade econômica mercantil simples (M-D-M) permite produzir mercadorias abaixo da taxa média de lucro, pois a produção camponesa está organizada de modo a transferir mais renda ao capital do que a produção tipicamente capitalista. Assim, o campo camponês não se constitui num detalhe, resquício ou exceção à regra geral de reprodução do capital, como um modo de produção à parte do modo capitalista.

A existência do campesinato, garantida pelas lutas políticas ou econômico-produtivas, indica a presença forte de traços rurais e agrários no campo e coloca a necessidade de pensar sobre o seu lugar social, bem como a criação de condições de existência autônoma, livre, emancipada, independente desses sujeitos. A existência camponesa enquanto traço do rural que se mantém no campo justifica inclusive a necessidade de políticas públicas, como educação do campo, por exemplo. Tais políticas públicas são necessárias como condições para garantir autonomia, vida digna, emancipação e independência dos camponeses.

A concepção de que o campo rural/agrário caminha para o desaparecimento numa “sociedade urbana”, semelhante àquela compreendida por Lefebvre (2004), como tratado anteriormente, não justifica a existência de políticas públicas para os camponeses, pois eles, assim como o campo, tendem a desaparecer. Nessa concepção de “sociedade urbana” não há necessidade de educação do campo aos camponeses, ou seja, não se justificam políticas públicas para atender um sujeito que está num espaço que não existe ou está na eminência do desaparecimento.

Na contramão dessa concepção, o “movimento pela educação do campo” tem enfatizado a necessidade de pensar e implantar a educação do e no campo, ou seja, uma educação enquanto direito à diferença em vista das características rurais e agrárias que o campo possui. Trata-se de uma educação com concepção diferenciada, considerando o espaço (campo), bem como educação que chegue ao espaço onde vivem os sujeitos camponeses.

Observa-se, no entanto, que muitas políticas públicas voltadas para o meio rural, inclusive na esfera da educação, estão norteadas por interesses mercadológicos e de potencialização de competitividades com a inserção dos agricultores no mundo da mercadoria como parte do desenvolvimento das forças produtivas. São exemplares nesse contexto as “políticas públicas” de valorização do campo a partir da concepção de Novo Mundo Rural, implantadas a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, quando tomaram força categorias como agricultura familiar, desenvolvimento local e território⁴.

No contexto do Novo Mundo Rural emergiu a valorização da dimensão local e territorial, adotada também por muitos estudiosos comprometidos com os movimentos camponeses, como potencializador de competitividades e conseqüente desenvolvimento. O desenvolvimento territorial, local ou sustentável expressa o ideário de inserção maior dos camponeses ao mundo da mercadoria numa aliança-síntese entre os diversos sujeitos e classes (camponeses ou agricultores familiares, Estado, empresários, trabalhadores urbanos, entre outros) presente num determinado espaço. Embora não esteja bem definida, a concepção de educação rural também caminha nessa direção.

Nesse sentido, é preciso referir-se à educação no contexto classista e não somente numa perspectiva espacial-territorial, ou seja, a educação que coloque a classe, e não necessariamente o espaço ou território, no atendimento das demandas dos camponeses. Assim, na direção de conceber/construir educação de caráter classista, é preciso entendê-la como uma educação camponesa, e não necessariamente numa educação do campo.

⁴ O Programa Novo Mundo Rural está inserido no contexto de políticas públicas fundamentadas teórica e conceitualmente na concepção de desenvolvimento rural a partir da perspectiva territorial e local em substituição à perspectiva setorial. Relacionada à perspectiva territorial de desenvolvimento emergiu a importância da pequena agricultura, ou seja, agricultura familiar, esta despida de conteúdo ideológico em favor de fins estritamente econômicos mercadológicos. Segundo Graziano Neto e Navarro (2015), um Novo Mundo Rural emergiu no processo de modernização capitalista e consolidou-se nas últimas duas décadas, quando a agricultura brasileira foi integrada à economia globalizada. Para os autores, nesse suposto Novo Mundo Rural a questão agrária foi superada, o que justifica pensar no desenvolvimento rural a partir de agricultores que possuem terra e não despossuídos da terra ou dentro de um projeto de reforma agrária.

3 - Educação camponesa: uma concepção classista de educação

Os movimentos sociais no campo se constituíram paradigmáticos nas lutas e resistências camponesas, assumindo, inclusive, conteúdo educativo. Segundo Caldart (2000), a ação dos movimentos sociais, no caso o MST, possui um conteúdo pedagógico, o que permitiu a autora forjar a ideia de Pedagogia do Movimento.

A participação nos movimentos sociais possibilita que sujeitos adormecidos para a vida política possam acordar e reivindicar direitos e promover transformações estruturais na sociedade. Não é raro o caso de pessoas e membros de movimentos “excluídos”, anônimos e alienados que se erguem para a participação política nas manifestações públicas, ações de resistências, debates e diálogos em instâncias diversas, reuniões em órgãos estatais e instituições, entrevistas aos veículos de comunicação, etc. Acrescenta-se que os movimentos sociais se constituem num canal de participação política e tomada de decisões dos camponeses, embora o partido e o sindicato, canais tradicionais de participação de trabalhadores no contexto da modernidade, também se constituam num importante meio de participação política.

Nesse contexto, emergiu a luta pela educação do campo a partir da ação dos camponeses organizados nos movimentos sociais. O tema da educação do campo foi colocado na pauta política e acadêmica a partir da ação dos movimentos camponeses em vista da emergência de “novos” sujeitos como os assentados de reforma agrária, por exemplo. A educação do campo não resultou de uma medida estatal/oficial e nasceu em escolas ou órgãos governamentais dedicados à educação, mas emergiu como uma reivindicação e necessidade concreta dos sujeitos; vistas as péssimas e precárias condições de ensino no meio rural.

O MST destaca-se dentre os movimentos camponeses de luta pela educação do campo. Esse projeto começou a se materializar com a realização, em 1997, do I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária. A partir desse Encontro foram realizadas diversas lutas e elaborados documentos com a participação de diversos movimentos e entidades para implantação de um projeto de educação do campo. Assim, educação do campo está vinculada à compreensão da existência de campo camponês, pois o campo dominado pelo agronegócio, por exemplo, não tem necessidade de educação do campo. O campo do agronegócio tem necessidade de uma educação rural de caráter técnico e pragmático.

Desse modo, o projeto e a implantação da educação do campo passaram a ser hegemônicos pelos movimentos camponeses. Nesse contexto de centralidade dos movimentos não são raros os casos de educadores do campo, professores⁵, principalmente estudiosos e autoridades governamentais que assimilam a compreensão, discurso e prática dos movimentos como modelo de educação.

Embora os movimentos camponeses possuam importante sentido pedagógico, eles não devem ser absolutizados como se fossem a única possibilidade de participação e formação de sujeitos educados, ou seja, a educação orientada pelos movimentos não é única possibilidade de educação. Acrescenta-se que a luta pela educação dos camponeses não é exclusividade dos sujeitos organizados no campo nos movimentos, como se o combate à escravidão fosse uma luta somente dos escravos. Assim como a “reforma agrária deve ser uma luta de todos”, segundo palavra de ordem do MST, a educação dos camponeses deve também ser uma luta de todos e não apenas de camponeses vinculados aos movimentos sociais. Portanto, a educação dos camponeses não deve ser exclusividade

⁵ Os movimentos que lideram a luta pela educação do campo consideram que os trabalhadores na educação são “educadores” e não “professores”, o que se desdobra numa desclassificação desses sujeitos, pois lhe retira a condição social de trabalhadores.

dos movimentos camponeses, pois professores das cidades, por exemplo, comprometidos com a causa dos camponeses, poderão oferecer importante contribuição ao projeto e luta dos movimentos pela educação do campo.

Ainda que possuam caráter pedagógico, os movimentos camponeses têm lutado por uma educação formal operacionalizada pela escola pública, ou seja, uma escola que possui, dentre outros objetivos de aprendizagem, a capacidade de desenvolver raciocínio crítico e de questionamento das estruturas de dominação da sociedade capitalista. Acrescenta-se que a escola do campo deve proporcionar aos camponeses uma visão universal, igualitária e que respeite as diferenças, ou seja, uma escola que permita a mistura de filosofias como parte da possibilidade de emancipação dos sujeitos do campo. Segundo os movimentos, a escola pública deve reconhecer a especificidade e as diferenças espaciais em que os sujeitos estão inseridos, nesse caso, o campo agrário e rural. Enfim, a escola do campo deve ser capaz de contribuir na construção do lugar social do camponês.

Mas, ao projetar a educação do campo, os movimentos camponeses devem atentar-se para não reproduzir conteúdo bairrista e de aversão à cidade, como se o campo fosse inimigo da cidade e rural adversário do urbano. Observa-se que os trabalhadores das cidades também não têm assegurado o direito de uma escola de qualidade e adequada à sua condição de classe. Portanto, não se trata de uma resistência ao modo de vida da cidade, mas a dominação engendrada no contexto das relações capitalistas de produção.

Por isso, há que se construir uma escola do campo que valorize os saberes e o modo de vida dos camponeses, estimule a organização social, respeite as diferenças e a mistura de filosofias e questione todas as relações de dominação, ou seja, que não fique pedra sobre pedra no edifício da dominação.

A escola do campo deve estimular também o aprendizado crítico, capaz de desmontar as formas de dominação reproduzidas no interior dos movimentos sociais. Deve, também, questionar, inclusive, os questionadores e não se limitar às críticas macroestruturais como aquelas generalizantes feitas ao neoliberalismo, colonização, globalização, etc. Portanto, a escola do campo deve ser capaz de estimular questionamento da opressão e dominação na esfera global que se reproduz localmente, inclusive entre os dominados, pois os oprimidos também são, em muitos casos, opressores.

O projeto de educação do campo dos movimentos camponeses está assentado no reconhecimento da especificidade do espaço, no caso o campo, e seus desdobramentos sociais, culturais, ambientais, etc. Sem necessariamente utilizar-se do instrumental teórico da geografia, o espaço geográfico (campo) assumiu centralidade na justificativa desse projeto de educação. A educação do campo afirma-se na existência do campo, contrapondo-se às teses de fim do mundo rural-agrário com a modernização da agricultura, o complexo agroindustrial e o agronegócio, como destacado anteriormente. Assim, a educação do campo colocou a dimensão espacial e territorial, e não diretamente a dimensão classista, como elemento fundante de sustentação da luta pela educação.

O espaço do campo possui características estruturais próprias que permite a “identificação” do sujeito, o qual é reconhecido pelo espaço onde vive e não necessariamente pela classe a que pertence. O campo se constitui numa base material-espacial que cria e recria sujeitos diversos com saberes, conhecimentos, valores e principalmente uma forma de organizar a produção que difere da industrial-urbana.

A forma de produzir forja diferentes sujeitos e classes, pois organizar a produção é organizar a vida e a existência humana. Ao se produzir, se produz a existência e a consciência, ou seja, produzir é também produzir a consciência, valores, saberes, costumes, tradições, etc. Nessa compreensão, o espaço é responsável pela formação do sujeito, no

caso, os camponeses, para os quais a produção familiar está no centro do processo produtivo⁶.

Nesse sentido, a produção no campo faz surgir um sujeito e classe diferente do operário assalariado que produz coletivamente numa fábrica, por exemplo. Os camponeses possuem características próprias de organização da produção, sobretudo o fato de organizar a produção em torno do núcleo familiar, o que permite forjar sujeitos diferentes, bem como diferentes demandas. O espaço do campo forja sujeitos diferentes, no caso, os camponeses. No entanto, a produção camponesa não é um modo de produção à parte ou fragmento espacial descolado do conjunto da sociedade, mas, sim, uma organização produtiva que se reproduz no contexto das contradições do modo de produção capitalista.

O reconhecimento do campo enquanto espaço que possui dinâmica específica (mas não dicotômica e à parte do modo de produção capitalista) coloca essa dimensão (espaço) como um componente de análise e compreensão da realidade. Portanto, o espaço do campo se constitui numa materialidade que permite reconhecer a diversidade de categorias, ou seja, o campo se constitui numa base material construída socialmente que implica no surgimento de “classes” e diferentes sujeitos.

A educação do campo, ao considerar o espaço-campo como referência para justificar o seu projeto, sustenta-se numa generalização, pois a perspectiva de espaço-campo abarca diferentes sujeitos e categorias sociais. Aliás, o projeto de educação do campo dos movimentos camponeses tem se atentado mais à educação e menos ao campo, ou seja, existe na educação do campo uma fragilidade da compreensão de campo, que é visualizado como uma generalização. Essa carência de compreensão do conteúdo agrário do campo na educação do campo é um traço verificado em cursos de graduação de “Pedagogia do Campo”, por exemplo, nos quais se prioriza mais a formação/fundamentação de educação do que de campo.

A crítica à perspectiva generalizante do espaço-campo, que está implícita na educação do campo dos movimentos camponeses, não significa desprezo ao espaço enquanto objeto/sujeito capaz de reprodução de negação de condições sociais, ou seja, é necessário reconhecer a existência de conteúdo classista na dimensão espacial. O espaço não está desconexo das relações sociais, como demonstrou PORTO-GONÇALVES (2003), ao tratar da geograficidade social, conflito e movimentos sociais.

Partimos do pressuposto de que não existe sociedade a-geográfica, assim como não existe espaço geográfico a-histórico. Assim como todo o espaço geográfico está impregnado de historicidade, a história está, sempre, impregnada de geograficidade (...). Sociedade e espaço não são dimensões que se excluem ou que se precedem lógica ou ontologicamente. Uma sociedade não se organiza primeiro para depois constituir o seu espaço geográfico ou vice-versa (PORTO-GONÇALVES, 2003, p.7).

Não é a existência de todo o campo que é capaz de justificar o projeto de educação, mas, sim, o campo camponês. Nesse sentido, “educação do campo”, tal qual é defendida pelos movimentos camponeses, constitui-se numa generalização que não especifica de qual campo se está referindo, no qual poderão estar implícito, inclusive, sujeitos e categorias antagônicas aos camponeses, como o agronegócio, por exemplo. Por isso, há que se reconhecer as diferentes características do campo, ou seja, a existência de um único campo onde estão o camponês, indígena, agronegócio, entre outros.

Considerando a existência de diferentes sujeitos presentes no campo, como o camponês, agronegócio, indígenas, dentre outros, o espaço-campo apreendido pelos movimentos se constitui numa generalização que pode ocultar a existência de diferentes sujeitos. Por isso, emerge a necessidade de se pensar numa “educação camponesa” e não

⁶ Embora geralmente a família camponesa seja formada por pai, mãe e filhos, verifica-se atualmente também no campo uma organização produtiva familiar que extrapola os limites tradicionais de família, sobretudo nos assentamentos de reforma agrária.

necessariamente numa “educação do campo”, sob o risco de generalização ao que espaço-campo remete.

Não se deve absolutizar o espaço-campo na justificativa para defender e lutar por uma educação que atenda os camponeses, pois ele não aproxima o que socialmente está distante como os sem-terra de um assentamento e um proprietário latifundiário, por exemplo. Não são raros os conflitos entre assentados e proprietários de terra próximos de assentamentos, pois existe uma fronteira espacial entre a fazenda e o assentamento que é definida socialmente, ou seja, definida em vista das diferenças sociais dos sujeitos.

Assim, verifica-se uma fragilidade teórica na concepção de educação do campo, educação esta que se firma mais política do que teoricamente. A afirmação política vem da eficiente ação dos movimentos camponeses, os principais defensores dessa educação. Os movimentos camponeses não têm a obrigação ou a tarefa de pensar a educação do campo do ponto de vista teórico. Essa obrigação de reflexão teórica é tarefa dos intelectuais e cientistas, que, em muitos casos, têm feito uma reprodução envernizada e acadêmica da concepção educação do campo dos movimentos camponeses.

O reconhecimento do espaço-campo como justificativa para educação dos camponeses pode implicar na defesa de uma educação generalizante voltada para os diferentes sujeitos/classes presentes no espaço do campo, sejam eles camponeses, assalariados, indígenas, agronegócio, etc. A educação concebida a partir do espaço-campo pode implicar na despolitização e desclassificação social.

Nesse contexto é necessário reconhecer o campo e a “classe camponesa” como sujeitos políticos que lutam para garantir o seu lugar social e acesso à educação. Por isso, emerge a necessidade de pensar não basicamente uma “educação do campo”, mas uma “educação camponesa”, esta assentada nas relações de classe social como fundamento da educação e do espaço.

Assim, sem desprezar o conteúdo espacial que sustenta a defesa da educação do campo, é necessário imprimir conteúdo classista como referência e centralidade da educação, ou seja, colocar a dimensão de classe e não somente de espaço-campo como centralidade na defesa da educação dos camponeses. É fundamental a defesa de uma “educação camponesa” e não necessariamente uma “educação do campo”, já que no espaço-campo estão presentes diferentes sujeitos, o que implica uma desclassificação e despolitização social.

Não se trata de defender uma educação que somente visualize o campesinato num corporativismo de classe, mas uma educação capaz de visualizar o contexto de subordinação, lutas e possibilidade e emancipação dos diferentes sujeitos oprimidos presentes no espaço-campo. Acrescentam-se a esse contexto o reconhecimento e a possibilidade de alianças táticas e estratégicas dos camponeses às outras “categorias” para que possam ser garantidas suas especificidades e particularidades sem a diluição numa única classe, em que os camponeses tenham que deixar de existir, transformando-se, por exemplo, em trabalhadores operários; ou categorias como indígenas, diluídos dentre os camponeses por habitarem/viver o espaço-campo.

Portanto, há que se pensar, defender e lutar “por uma educação camponesa” capaz de reconhecer os diferentes ou antagônicos sujeitos presentes no espaço para além da generalização que esse espaço-campo possa implicar. Se a “educação do campo” implica numa generalização, pois coloca no mesmo espaço (campo) diferentes sujeitos, a “educação camponesa” reconhece os diferentes e antagônicos sujeitos no mesmo espaço porque coloca a classe como dimensão central, ou seja, reconhece no espaço-campo a existência de camponeses, operários, empresários, latifundiários, agronegócio, etc.

Oxalá uma concepção classista possa prevalecer e os movimentos camponeses e aqueles setores comprometidos com a educação libertadora possam projetar, praticar e, enfim, lutar “por uma educação camponesa”.

Considerações finais

A partir das questões apontadas é possível chegar a um conjunto de verificações, dentre as quais se destaca a evidência de que o projeto de educação do campo surgiu a partir das ações dos movimentos camponeses, com destaque para o MST. Verifica-se também que a educação do campo está sustentada na tese de existência do campo e recriação do campesinato, contrariando concepções de tendência ao fim do rural com a industrialização e urbanização da agricultura, expressa no CAI, principalmente.

Observa-se ainda que o projeto de educação do campo tomou o espaço-campo como justificativa para fundamentar esse projeto. O campo foi considerado pelos movimentos como uma particularidade no contexto contraditório da realidade que merece atenção diferenciada na implantação de políticas públicas, como no caso da educação. Tomando o espaço-campo como fundamentação para justificar a defesa da educação do campo, como fazem os movimentos camponeses, identifica-se uma generalização, pois a partir desse espaço não se distingue os diferentes sujeitos e classes presentes no campo. Nesse sentido, emerge a necessidade de atenção a uma “educação camponesa” e não necessariamente por uma educação do campo.

Que os movimentos camponeses, aqueles segmentos comprometidos com a educação libertadora, possam pensar e lutar “por uma educação camponesa”.

Referências bibliográficas

AMIN, S. VERGOPOULOS, K. A Questão Agrária e o Capitalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986.

ARROYO, M.G, CALDART, R.S; MOLINA, M. Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes. 2004.

ARROYO, M. FERNARDES, B.M., Educação básica e o movimento social no campo. Brasília: Articulação nacional por uma educação do campo. 1999.

BERNARDELLI, M.L.F.H. O caráter urbano das pequenas cidades da região canavieira de Catanduva-SP. In: Sposito, M.E.B. e Whitacker, A.M. (Orgs). Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular. 2006.

CALDART, R. Pedagogia do Movimento Sem Terra. Petrópolis: Vozes. 2000.

CHAYANOV, A. V. La organización de la Unidad Económica Campesina. Buenos Aires: Nueva Visión.1974.

ENDLICH, A. M. Perspectiva sobre o urbano e o rural. In: Sposito, M.E.B. e Whitacker, A.M.(Orgs). Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular. 2006.

ENGELS, F. O Problema Camponês na França e na Alemanha. In: A Questão Agrária. Silva, J.G. e Stolcke, V. Tradução. Sandra Brizolla. São Paulo: Brasiliense. 1981. 59-80.

- FRANCO, M.S.C. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: editora Unesp. 1997.
- GRAZIANO NETO, X. e NAVARRO, Z. Novo Mundo Rural - a antiga questão agrária e os caminhos futuros da agropecuária no Brasil. São Paulo: Unesp. 2015.
- HOBBSAWM, E. Pessoas Extraordinárias. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra. 1999.
- KAGEYAMA, A.A. O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: Do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais. Campinas: [s.n]. 1987.
- KAUTSKI, K. A Questão Agrária. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.
- KOLLING, E.J; CERIOLI, P.R; CALDART, R.S. Por uma educação do campo (educação do campo: identidade e políticas públicas). Brasília: Articulação nacional por uma educação do campo. 2002.
- LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Editora Centauro. 2004.
- LENIN, V. I. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. São Paulo: Abril Cultural, Os Economistas. 1982.
- MARX, K. O 18 Brumário de Luis Bonaparte. São Paulo: Moraes. 1987.
- MARTINS, J.S. Os Camponeses e a Política no Brasil. 4 ed., Petrópolis: Vozes. 1990.
- OLIVEIRA, A. U. A Agricultura Camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto. 1991.
_____. Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: Labur. 2007.
- NAVARRO, Z. et al. O mundo rural no Brasil do século 21. Brasília: Embrapa. 2014.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. In: Movimientos sociales y conflictos en América Latina. Buenos Aires, Argentina: CLACSO. 2003.
- SACHS, I. Brasil: um país para liderar a revolução da biomassa. Revista Cidadania e Meio Ambiente. www.ecodebate.com.br. 2005. Acesso em 13/03/2015.
- SANTOS, M. Por uma outra globalização. 2. ed. São Paulo: Record. 2000.
_____. Território e sociedade. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2000b.
- SILVA, J.G. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: Unicamp. 1996.
_____. O Novo Rural Brasileiro. Nova Economia. Belo Horizonte. N. 7, p. 43-81, 05/1997.
- THOMAZ JR. A. Por trás dos Canaviais, os (nós) da Cana. (Relação capital x trabalho e o Movimento Sindical dos Trabalhadores na Agroindústria Canavieira Paulista). Tese de doutorado em Geografia. FFLCH/USP. 1996.

VEIGA, J.E. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. São Paulo: MDA/Nead. 2001.

_____ Encruzilhada estratégica do Brasil rural. São Paulo: MDA/Nead. 2001b

WELCH, C.A. e FERNANDES, B. M. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. Digitado: São Paulo. 2008.